

“(...) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

Editorial

**Larissa Galende Guidolin
Mayra Osman Vasconcellos**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v12i1p8-22

O dia primeiro de Janeiro de 2023 marcou não apenas o início de um novo ano, mas, sobretudo, representou um dia histórico para a política brasileira dos últimos quatro anos. De 2019 a 2022, vivenciamos um governo que se empenhou no desmonte de tudo aquilo que gradualmente e com muito esforço foi conquistado pela população brasileira desde a redemocratização. Um governo marcado pela intensificação dos ataques aos povos indígenas, uma política ambiental desastrosa e predatória em relação à Amazônia, aumento do desemprego e da precarização da situação dos trabalhadores, cortes nas áreas de educação e pesquisa, constantes ameaças à democracia e à soberania nacional, ameaças aos direitos das mulheres, escândalos de corrupção, sem deixar de mencionar a postura genocida no combate à pandemia. O antigo governo não representou, nesse sentido, apenas um adversário político, mas uma organização de extrema-direita que atentou contra a vida e a dignidade humana.

Terminamos 2022 num contexto de terra arrasada e barbárie social deixada pelo ex-presidente e seus aliados políticos, mas com sentimentos de alívio e esperança diante de sua derrota nas eleições de Outubro.

“(...) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

Tendo em vista esse cenário trágico e nefasto, a posse do presidente Lula, que recebeu a faixa de forma muito simbólica por representantes de grupos sociais que haviam sido os principais alvos dos ataques do antigo governo, representou a volta a um estado de normalidade e civilidade. Apesar de ter durado apenas quatro anos — que pouco significam se inserirmos essa conjuntura no tempo braudeliano da longa duração — os desmontes e retrocessos empreendidos parecem apagar décadas de lutas, direitos e conquistas sociais. A tarefa do novo governo não é simples: precisa executar a reconstrução nacional em todas as suas esferas. Parece difícil vislumbrar como serão possíveis avanços políticos significativos quando o principal objetivo a ser alcançado é justamente reconstruir um conjunto de instituições e valores que foram rapidamente esvaziados nesses últimos anos. Os desafios são, evidentemente, inúmeros.

De um lado, nos deparamos com um Congresso em grande parte herdeiro do bolsonarismo, que nesses pouco mais de sete meses de governo aprovou o marco temporal contra os povos indígenas. De outro, assistimos incrédulos aos ataques golpistas às instituições democráticas logo no início de Janeiro, quando o novo presidente mal tinha sido empossado. Diante desses acontecimentos, é difícil não evocar a máxima de Marx no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (...) Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial.¹

Com isso, Marx analisa como a história é constantemente reencenada por meio de situações “ridículas” e “farsescas”, parodiando eventos passados a fim de glorificar novas lutas e exagerar suas realizações. Nos atos golpistas, foi possível observar essa apropriação paródica, como analisada por Marx, tanto do regime militar brasileiro, quanto dos ataques ao Capitólio dos Estados Unidos em 2021.

Essas ações, bem como a política congressista atual, demonstram que o fascismo não foi simplesmente derrotado com o resultado favorável das eleições. De acordo com Lincoln Secco, ao discutir sobre o fascismo no Brasil a partir do Bolsonarismo — e considerando outras experiências históricas — o autor destaca três elementos constitutivos do fenômeno fascista. Entre eles, a relação entre *fascismo* e *capitalismo*, em que o primeiro corresponde à fase imperialista do capital; em segundo lugar, o *irracionalismo*, tendo em vista como o fascismo utiliza de uma técnica racional e oportunista de mobilização da irracionalidade de vastos segmentos sociais em momentos de crise; e, por fim, como todas as modalidades de fascismo se utilizaram do *discurso anticomunista*, de modo que toda oposição a este, fosse católica, liberal ou uma dissidência interna, poderia ser taxada de comunista.² Esses elementos, assim como outros, ainda encontram-se disseminados na sociedade civil e

¹ MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011a, p. 25-26.

² SECCO, Lincoln. Fascismo no Brasil: o Bolsonarismo. In: FERREIRA, Fernando Sarti e RODRIGUES, Julian (org.). *Fascismo ontem e hoje*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Maria Antonia, 2021, p. 107-120. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Fascismo-web-2.pdf>

“(...) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

perpetuam-se em discursos e projetos na esfera institucional. Temos à nossa frente, portanto, um cenário político complexo.

Uma das primeiras ações do governo eleito, no mês de Fevereiro, foi o reajuste dos valores das bolsas de pesquisa CNPq e Capes. Em Abril, foi decretada a liberação de R\$2,44 bilhões para o orçamento de Universidades e Institutos Federais, que haviam sido cortados pelo último presidente. Mais recentemente, a Capes permitiu que estudantes bolsistas da pós-graduação também acumulassem outro emprego – medida ambígua, por não ter regulamentado efetivamente a situação dos bolsistas e a pesquisa científica a nível superior como emprego. Outra questão um tanto amarga foi a não revogação do Novo Ensino Médio, apesar da cobrança dos movimentos estudantis e das demandas dos próprios estudantes e professores afetados por essa reforma — com consequências desastrosas principalmente para as escolas públicas.

Diante desses desafios, perguntamos: qual deve ser o papel das Ciências Humanas, da História, das Universidades, das Instituições de Pesquisa do Ensino Superior, dos Professores, Intelectuais e dos jovens pesquisadores no atual contexto?

Antonio Tabucchi, escritor italiano, dedicou-se em seu itinerário literário a posicionar-se sobre o lugar e o fazer do intelectual. No livro, *Afirma Pereira* (1995) — ambientado na Lisboa de 1938, durante a ditadura fascista salazarista — acompanhamos a trajetória de Pereira, viúvo, de meia-idade, que trabalhava na tradução de contos para a página cultural de um jornal vespertino. Imerso em uma zona omissa e alienada, o protagonista preenche os dias com saudosismos e obsessões, seja através de conversas com o retrato da esposa falecida, confissões

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

feitas a um padre e o garçom do café que todo dia frequentava. A narrativa tem uma guinada quando Pereira resolve contratar um jovem bacharel de filosofia, Monteiro Rossi, como estagiário para escrever necrológicos antecipados de escritores ilustres. Com o passar do tempo, o jornalista percebe estar lidando com um revolucionário que não cumpre o que é pedido e inquieta-se com o seguinte dilema, “porque não consegue demiti-lo?”³

Pouco a pouco, a narrativa de Tabucchi envolve o leitor nas complexas e indetermináveis fronteiras entre realidade e ficção. Acompanha-se — muitas vezes de forma aflita — a busca de si mesmo de Pereira através dos outros personagens, ao mesmo tempo, em que se assiste um processo de formação e conscientização política do protagonista. Com um final arrebatador, a obra nos convida a refletir sobre o processo de alienação e conscientização de Pereira, sem deixar, neste caso (para o editorial desta Revista) de trazer considerações pertinentes ao papel do intelectual, das instituições e dos jovens pesquisadores frente aos dilemas e desafios da sociedade contemporânea.

Não por acaso, é notória a participação de Tabucchi frente às discussões do lugar do intelectual na esfera pública italiana. Em 1997, Umberto Eco publica o ensaio “*O primeiro dever dos intelectuais: fiquem quietinhos quando não servem para nada*”, em que ao buscar atualizar esta figura, critica o excesso de intervenção destes na esfera pública em situações que nada podiam fazer ou em assuntos que não dominavam. Eco ainda propõe três papéis ao intelectual: administrar e organizar o conhecimento/cultura; alertar em situações de risco; e, educar para o futuro.⁴ A partir

³ TABUCCHI, Antonio. *Afirma Pereira – Um testemunho*. Trad. Roberta Barni. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 127 p.

Esta leitura e debate foi fruto da Disciplina Cultura III, ministrada pelo Professor Dr. Julio Pimentel Pinto, no Departamento de História da Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2023.

⁴ ECO, Umberto. *Il primo dovere degli intellettuali. Stare zitti quando non servono a nulla*. Ensaio, 1997.

“(...) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

deste ensaio, Antonio Tabucchi reage a Eco em uma carta aberta, publicada dias depois, retomando a tradição italiana de engajamento intelectual e defendendo a intervenção contínua desta figura nos assuntos públicos, além da necessidade de tomar uma posição.⁵

Apesar deste debate estar localizado na esfera pública italiana, na última década do século XX, é significativo pensá-lo mediante o cenário contemporâneo brasileiro, especialmente, no que toca sobre o papel do Historiador, da Disciplina de História e também das Revistas Acadêmicas.

Nas suas teses sobre o conceito de História, Walter Benjamin afirma que estudar historicamente o passado não significa conhecê-lo exatamente como ele ocorreu, mas apropriar-se de uma reminiscência tal como ela aparece num momento de perigo.⁶ Para o filósofo, as barbaridades ocorridas no século XX (e poderíamos acrescentar a isso as barbaridades do século XXI) não são assombrosas, mas fazem parte do estado de exceção no qual vivemos, que, porém, é normalizado – sendo então necessário elaborar um conceito de história que corresponda a essa verdade. Benjamin elabora a metáfora do “anjo da história”: dirige-se ao passado e enxerga uma catástrofe, da qual ele gostaria de juntar os fragmentos, mas é impedido pelo progresso, que o impele para frente. O autor se contrapõe então à noção de progresso como algo ilimitado, automático, como uma marcha homogênea.

⁵ TABUCCHI, Antonio. La gastrite di Platone. Palermo, Sellerio, 1998.

⁶ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: Obras escolhidas. Vol. 1: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 222-232.

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

Partindo dessas críticas ao historicismo e à concepção de progresso, Benjamin estabelece que a história parte não de um tempo homogêneo e vazio, mas de um tempo saturado de “agoras”. Ou seja, a História não pode ser desvinculada do presente, pois o conhecimento histórico é um elemento de libertação para as classes oprimidas, que são os sujeitos desse saber.

Dessa forma, se tomarmos como ponto de partida as teses de Walter Benjamin, podemos sustentar que o papel do historiador diante de catástrofes políticas seria o de utilizar do conhecimento sobre o passado como forma de mobilização dos sujeitos sociais contra as opressões. Assim, Benjamin confere à História um papel político como motor de emancipação e redenção e, ao historiador, a tarefa de ser o produtor desse conhecimento, que deve ser elaborado em prol da sociedade, e não desvinculado dela. Portanto, é preciso reafirmar a importância e a centralidade da História no atual contexto brasileiro — mas para tal, ela deve atuar de forma interligada aos interesses e necessidades da sociedade.

Somado a essas questões, reflete-se ainda no papel das Revistas Acadêmicas, especialmente na área de História. Verifica-se que nas últimas décadas, o lugar e o papel dos artigos científicos ampliaram-se consideravelmente no campo das Humanidades. As publicações em revistas — eletrônicas ou impressas — constituem-se como espaços para circulação e visibilidade dos resultados desenvolvidos no trabalho de vários pesquisadores, que para além da experiência de publicação, possibilitam que a sociedade tome contato com o trabalho desenvolvido nas Academias e Universidades.

Roger Chartier, historiador francês, busca através da obra, *Origens culturais da Revolução Francesa* (1990), percorrer os antecedentes deste acontecimento,

“(...) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

realizando uma análise sócio-cultural⁷. Durante suas investigações, propõe a questão, *Será que os livros fazem Revolução?* E a partir desta pergunta — cercado-se de um intenso debate historiográfico — o autor dirige suas análises para as origens do Iluminismo, ressaltando a importância da popularização da leitura de livros e panfletos para a difusão de ideias e discussões. Todavia, livros sozinhos não fazem revoluções, dependem necessariamente de leitores, da mesma forma que estão imersos em uma relação entre autor-texto-leitor.

Mudando os termos dessa pergunta proposta por Chartier, podemos nos questionar, considerando o espaço desse periódico, “As Revistas Científicas, especialmente na área de humanidades, fazem revolução?” A resposta se constrói de modo semelhante e é inescapável a relação entre autores - textos - leitores. Seu papel e atuação é fundamental para uma cultura de pesquisa e formação, do mesmo modo que permite a democratização e acesso a seu conhecimento.

Nesse sentido, o ano de 2023 mostra-se significativo para a Revista Epígrafe, já que a mesma completa 10 anos desde a sua criação em abril de 2013. Nesta edição, se por um lado a Revista despediu-se de grande parte do Corpo Editorial que compôs as Edições passadas, por outro, foi renovada pela presença de novos membros. Nesse sentido, a Epígrafe busca reafirmar seu compromisso de oferecer acesso livre a seu conteúdo, disponibilizado gratuitamente, além de ser um espaço para a publicação de trabalhos desenvolvidos ao longo da Graduação por alunos, alunas e alunes.

⁷ CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, 316 p.

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

Os artigos e resenhas publicados nesta edição abordam objetos de estudos variados. Desde temáticas que envolvem relações de gênero, os paralelos entre História e Literatura, debates em torno da memória e outros que serão apresentados neste editorial.

A edição é aberta com o artigo *“A hipersexualização do corpo feminino negro e a construção destes corpos ao longo do tempo”*, de Fabiola de Sousa e Silva, que através dos conceitos de corpo, belo e identidade negra, analisa a construção do corpo negro. Primeiro através de um viés colonial e depois, como essa construção e desconstrução vem se modificando historicamente. Ainda abordando os temas de Relações de Gênero e História das Mulheres, cita-se o trabalho de Tamires de Moura Nogueira Rosa, *“No entra en el plan [...] ocuparnos de la política del país: una análise da representação feminina no periódico La Bella Limeña (1872)”*, que busca analisar a coluna editorial do semanário peruano, especialmente, a partir das representações femininas em torno das ideias e símbolos de amor, fé, pureza e nobreza. Comenta-se também sobre o artigo de Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro, *“Perniciosas a republica’: enlaces entre meretrício e escândalo social na São Paulo setecentista”*, que tem como objeto de estudo os tensionamentos e particularidades históricas da prostituição na capitania de São Paulo, principalmente, em sua ligação com a temática do escândalo.

Considerando os estudos sobre História e Literatura, o artigo *“Marzo 1821: os movimientos piemonteses de 1821 na obra de Alessandro Manzoni”*, de Luiz Felipe dos Santos Narciso, tem por objetivo analisar as insurreições e a regência de Carlos Alberto, ocorridas no Piemonte entre março e abril de 1821, a partir de sua representação no poema *Marzo 1821* de Alessandro Manzoni. Menciona-se também o trabalho de Pedro Henrique Resende Toledo, intitulado, *“Quarup de Antônio Callado:*

“(…) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

literatura, sociedade e política no Brasil dos anos 1960”. Este contextualiza-se nos anos pós-1964 — apontados como um período de riqueza cultural e efervescência política — no qual o autor busca analisar de que modo essas experiências são apresentadas no romance de Antônio Callado, e como os discursos ora se contrapõem e ora confluem.

Apresentamos nesta edição dois trabalhos que concentram seus estudos nas áreas de Brasil Colonial e Imperial. O artigo de Enzo Cabral Fernandes Vieira, *“Diálogos entre a teoria e a prática investigativa: comentários sobre a obra de Antonil, uma operação historiográfica”*, que busca desenvolver reflexões acerca de uma operação historiográfica no livro *“Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”*, escrito pelo jesuíta André João Antonil (1711) — baseando-se nas referências teórico-metodológicas do historiador Michel de Certeau. Cita-se também o trabalho *“Uberaba à luz do modo de produção escravista colonial: dinâmicas de escravizados no circuito mercantil (1830-1888)”*, de João Pedro Passos de Barros Borges, que através de documentos como cartas de alforria, penhoras, finanças, hipotecas e outros — e considerando a clássica historiografia — busca debater quais incidências permitiram que um escravizado conseguisse se integrar num circuito mercantil na cidade de Uberaba durante o período imperial, compreendendo a liberdade a partir das discontinuidades da reprodução do escravismo colonial.

Entre os trabalhos que buscam analisar os regimes militares, podemos mencionar os artigos de Daniele de Paula, *“A narrativa da ‘linha dura’ sobre a transição democrática”* e o texto escrito pelos autores, Anna Clara Souza Marques, Leila Clariz

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

Graça Lucas e Pedro Caldas Novaes Santos, intitulado, *"Fazer desaparecer, fazer esquecer: desaparecimentos forçados e danação da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional"*.

O primeiro tem como objetivo analisar a narrativa da "linha dura" sobre a transição, evidenciando como os militares que atuaram nessa ala enxergaram os anos finais da ditadura, a partir de uma investigação a obra ORVIL, projeto desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) entre 1985 e 1988. O segundo trabalho — por meio de uma revisão bibliográfica de autores como Hannah Arendt, Enrique Padrós e Marcos Napolitano — pretende explorar as políticas de desaparecimento forçados em regimes de exceção, perpetrados pelo Estado, nas ditaduras militares na Argentina, Uruguai e Brasil, que evidenciam um sistema operacional plenamente institucionalizado e eficaz, com objetivo de fortalecimento de um aparato repressivo e atmosfera de terror.

Na área de História Moderna, o artigo, *"Cartografia e Restauração: John Narborough e o processo de legitimação da expansão ultramarina inglesa no Estreito de Magalhães através dos mapas"*, de Rodrigo Canossa Barbosa, tem por objetivo, analisar as formas de construção de um discurso espacial colonialista no Estreito de Magalhães por Sir John Narborough, entre 1669 e 1671, analisando principalmente fontes cartográficas do século XVII. Apresenta-se também o artigo de Alexandre Firmo dos Santos, *"Impasses entre política e religião: as dietas convocadas pelos príncipes germânicos após a proclamação das 95 teses de Lutero (1517-1530)"*, que pretende analisar os impasses desencadeados por assuntos políticos e religiosos durante as dietas convocadas pelos príncipes germânicos, no contexto da Reforma Protestante.

Menciona-se também o trabalho de Paulo Henrique Ennes de Miranda Eto, intitulado *"Conselhos, Leis, Estatutos e Querelas: uma trama social em Évora e no Reino de*

“(...) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

Portugal dos séculos XIV e XV”, que a partir da análise de duas fontes normativas municipais — o Livro das Posturas Antigas de Évora e o Regimento de Évora — busca compreender os discursos jurídico e estamental dos setores urbanos, delineando seus níveis de eficiência, especialmente, a partir dos grupos subalternos.

Tratando-se de historiografia, o Artigo de Carlos Frederico Alves Carneiro Vianna, tem por objetivo revisitar criticamente as principais linhas historiográficas que influenciaram o estudo do comércio de longa distância. Entre elas, obras da tradição clássica, marxista, weberiana e braudeliana, evidenciando seus principais pontos de convergência e divergência. Este trabalho tem como título, *“O comércio de Longa distância sob a perspectiva da historiografia: síntese de quatro obras representativas das tradições clássica, marxista, weberiana e braudeliana”*.

Entre os Artigos que concentram-se em temáticas pertinentes à História Contemporânea, cita-se *“A Revolução Cubana no diário de Pernambuco: do apoio à oposição (1958-1960)*, de Luiz Felipe da Silva Brito, que através de uma análise das páginas do Diário de Pernambuco, procura investigar a postura do periódico sobre o processo revolucionário cubano. O artigo *“Fernando de Noronha e a Guerra Fria: a base de rastreio de mísseis nas páginas do ‘Diário de Pernambuco’ (1957-1962)”*, de Francisco Wesley Pinheiro Sousa, que também utiliza o Diário de Pernambuco como fonte, a fim de compreender como o jornal retratou o imaginário político da Cessão de Fernando de Noronha aos Estados Unidos, durante a Guerra Fria. Por fim, o trabalho de Daniel Borges da Fonseca, que tem como título, *“Religiosidade católica no imediato pós-segunda guerra italiano: o caso do milagre de San Gennaro”*, e procura através do

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

“milagre de San Gennaro”, em Nápoles, narrado por Norman Lewis, evidenciar como a religiosidade católica continua a existir e é intensificada após o contexto bélico da Segunda Guerra Mundial.

Entre as pesquisas concentradas na área de História Antiga, menciona-se os artigos de Leonardo Ricardo de Oliveira, Ana Clara Reis de Guimarães e Leonardo Viola. O primeiro, intitulado *“Upaniṣads: uma exposição sobre seus aspectos fundamentais”*, concentra-se em proporcionar uma introdução ao conjunto de textos indianos de caráter filosófico-religioso, elaborados por volta do século VII antes da era comum, chamados Upaniṣads. O segundo, denominado *“Nita Kala.Ga Lugal Uri: a memória de Gilgamesh como mecanismo para a construção da ideia de rei-deus no período de Ur-III (c. 2112 BC - c. 2004 a.E.C)”*, visa discorrer sobre a recuperação da memória de um passado sumério, concentrando-se nas referências à Primeira Dinastia de Uruk — textos literários escritos durante o reinado de Shulgi — que por meio da tradição acerca desses reis míticos, influenciaram na transformação deste em deus, em consonância a um processo entendido como estratégia política frente à crise suscitada pela morte do antecessor. O terceiro, *“A moralização em Diodoro Sículo: uma análise da narrativa sobre os eventos de Ducécio”* se propõe a investigar a presença de elementos moralizantes — como a fortuna — a partir da figura de Ducécio e suas ações, no livro XI, da *Biblioteca Histórica*, de Diodoro Sículo.

Partindo do campo da História Cultural, o artigo de Claudinei de Melo Junior, intitulado *“A representação do lobisomem nos boletins da subcomissão catarinense de folclore (1949-1952): diálogos entre o folclore brasileiro e a dinâmica histórica”*, analisa a figura do lobisomem e sua relação com o imaginário popular brasileiro no início da década de 1950, especialmente a partir dos boletins da *Subcomissão Catarinense do*

“(…) É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!”

Folclore (1949-1952) disponíveis na Hemeroteca digital, e os relatos e análises ali presentes.

Sobre o ensino de História, cita-se o artigo *“A propriedade da terra no Brasil e o ensino de História: Permanências e rupturas ao longo do processo de formação da sociedade brasileira”*, de Gilson Mateus Pinto, que analisa como o direito à terra no Brasil pode ser abordado no ensino básico. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e recorreu-se aos documentos jurídicos que fazem referência a marcos temporais como a carta de sesmarias, as ordenações régias de 1695 e 1697, assim como o texto da Lei de terras (1850).

Esta edição conta ainda com a publicação de uma Resenha, *“Memória, identidade e currículo: as disputas e significações sobre a BNCC de História”*, por Anthony Coldebella Cintra, a partir do livro organizado por Arnaldo Pinto Junior, Felipe Dias de Oliveira e André Victor Cavalcanti Seal da Cunha, intitulado, *A BNCC de História: entre prescrições e práticas* (2022), publicado pela Editora Universidade de Pernambuco.

Finalizamos o volume 12 da Epígrafe com uma entrevista feita à professora Associada da Universidade Federal do Paraná, Marcella Lopes Guimarães. Ela possui Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), mestrado em Letras Vernáculas na mesma instituição (1999) e realizou o doutorado em História na Universidade que atualmente é professora. A entrevistada possui experiência principalmente na área de Medieval — atuando nos temas de Península Ibérica, França, literatura trovadoresca, literatura portuguesa e crítica literária. Além disso, foi

Larissa Galende Guidolin e Mayra Osman Vasconcellos

editora gerente da Revista Diálogos Mediterrânicos de 2013 a 2015 e, entre esses dois anos, atuou como Professora Visitante na Universidade de Poitiers, na França.

Além de contar a Epígrafe mais detalhes sobre sua trajetória profissional e os trabalhos que vem desenvolvendo nas áreas de Literatura e História Medieval, a professora Marcella Guimarães comentou suas impressões a respeito das perspectivas para a pesquisa e Ensino de História Medieval. O título deste editorial “(...) *É fundamental o intelectual falar com as pessoas, eu quero falar! Nós temos que falar!*”, inclusive, provém de umas das falas da professora Marcella, que infere sobre o papel da disciplina de História e dos intelectuais frente os desafios enfrentados no campo das Humanidades.

Ao término deste Editorial, a Comissão da Revista Epígrafe gostaria de manifestar o seu apoio à Greve dos Estudantes da Universidade de São Paulo. Foi discutido entre seus membros a possibilidade de adiar esta Edição, todavia, a Revista reconhece o seu compromisso com aqueles que enviaram seus trabalhos para publicação e seu dever na divulgação do conhecimento científico.

Desejamos uma boa leitura a todas, todos e todes!

São Paulo, 31 de Outubro de 2023.